

FRANCO MONTORO: DEMOCRATA E ESTADISTA

Eduardo Muylaert e Paulo Sérgio Pinheiro

André Franco Montoro foi um dos poucos políticos de sua geração com autêntica visão de estadista. Raros como ele foram tão consistentemente marcados pelo *public spirit*, requisito maior dos líderes democratas.

Foi professor titular na USP e lecionou Introdução à Ciência do Direito na PUC-SP, a partir de 1946. Quando foi criada a Pós-graduação em Direito na PUC, lecionava uma das cadeiras básicas, Teoria Geral do Direito. Toda uma geração de professores e juristas recebeu, assim, a influência marcante de Montoro, que, numa época em que predominava o formalismo, elegeu o tema da lógica jurídica para mostrar que, mais do que silogístico, o raciocínio jurídico tem de ser razoável, fruto do debate e do contraditório, voltado para a busca de justiça. Deixou uma vasta obra no direito e na ciência política¹.

Foi um publicista que acreditava no valor do debate público democrático e na imprensa. Um homem de partido sem ser de facção². Aberto ao diálogo, sabia comunicar-se com o povo até os últimos dias com a simplicidade do vereador em campanha. Tinha uma elegância de *gentleman* antigo, uma naturalidade e suprema delicadeza que conquistavam eleitores, adversários e colaboradores.

Além da afirmação dos direitos humanos, legado de sua prática política com Alceu Amoroso Lima e seus companheiros de democracia cristã, foi o grande precursor da moderna integração latino-americana e do Mercosul. Todo o tempo fazia política — com sua melhor aliada e interlocutora ativíssima, Dona Lucy Montoro, ela própria militante política e nas organizações da sociedade civil, como o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (Ibeac). Montoro jamais renunciou aos imperativos da ética.

Como alguém se torna Franco Montoro? Mestre Alfredo Bosi, numa recente conferência sobre as raízes católicas da política progressista no Brasil, proferida em Paris, apresentou uma comovente reconstituição das origens da democracia cristã na América Latina após a II Guerra Mundial e a reorganização política depois do Estado Novo.

O Partido Democrata Cristão (PDC) foi criado no Brasil em 1945. Mas o começo de tudo foi um congresso católico em Montevidéu, em 1947, onde foram participar Montoro e Sobral Pinto, assim como Eduardo Frei e

(1) *Os princípios fundamentais do método no direito* (1942); *Integração econômica, social e política da América Latina* (1958); *Con los pobres de América* (1962), em colaboração com Eduardo Frei, Rafael Caldera e outros; *Salário-família, proteção humana ao trabalhador* (1963); *ABC dos direitos do trabalhador* (1968); *Da democracia que temos para a democracia que queremos* (1974); *Hay que reinventar la democracia* (1976), em colaboração com Herrera Campins, Ettiene Borne, Eduardo Fernandes e outros; *A luta pelas eleições diretas* (1978); *Estudios de filosofia do direito* (1981); *Alternativa comunitária, um caminho para o Brasil* (1982); *Participação: desenvolvimento e democracia* (duas edições até 1991); *Perspectivas de integração da América Latina* (1992); *Introdução à ciência do direito* (24 edições até 1996).

(2) Filiações partidárias: Partido Democrata Cristão, PDC (1950-66), do qual foi presidente nacional em 1965; Movimento Democrático Brasileiro, MDB (1966-80), do qual foi primeiro vice-presidente nacional de 1966 a 1968; Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB (1980-89), participando da Executiva Nacional entre 1968 e 1988; Partido da Social-Democracia Brasileira, PSDB, desde 1989 (foi presidente do partido entre 1989 e 1992).

Rafael Caldera, que viriam a ser presidentes do Chile e da Venezuela. Montoro não se tornou presidente da República como esses seus companheiros por desprendimento e imensa sabedoria em saber ceder, mesmo tendo clara consciência, em 1985, de que o momento era dele.

Montoro esteve ligado desde o final dos anos 1940 à corrente Economia e Humanismo, animada na França pelo padre dominicano Joseph Lebret. O então jovem professor de direito e secretário-geral da Ação Católica era um dos cinco membros da diretoria da Sagsmacs (Sociedade para a Aplicação do Grafismo e da Mecanografia para a Análise dos Complexos Sociais), concebida, segundo o modelo proposto pelo dominicano francês, como um laboratório de investigações sociais. Em 1955, a intervenção de Montoro foi crucial para que o novo prefeito de São Paulo, Vladimir Toledo Piza, aceitasse realizar uma pesquisa sobre desenvolvimento urbano, proposta pelo padre Lebret. Em 1959, sob a administração do governador Carvalho Pinto, a Sagsmacs foi incorporada ao planejamento do governo de São Paulo, marcando uma influência decisiva do PDC liderado por Franco Montoro, cuja ação refletia a ruptura com a estratégia do catolicismo conservador, associando-se aos movimentos de esquerda no Brasil. A nomeação de Montoro como ministro do Trabalho e da Previdência Social, de 1961 a 1962, expressou o auge dessa evolução, que seria cortada drasticamente pelo golpe militar de 1964.

Essencial nessas experiências era a ênfase nos laços da comunidade e numa ética cristã que Montoro traduzirá em toda a sua ação política, destacando a participação e os direitos humanos. Economia e Humanismo deixará marcas na inspiração e ação de Montoro como parlamentar e depois no Executivo, como a ênfase na investigação e na formação de quadros democráticos³. Ali está uma das chaves para entender a opção pelos direitos humanos (antes, na vertente de Jacques Maritain, e quase ao mesmo tempo da publicação da Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948), a crença nos partidos políticos, no bom governo e na transparência, o compromisso ético com a política, a luta contra a corrupção, a crença na participação política, marcos da vida e ação de Franco Montoro. Quase quarenta anos depois, uma das primeiras cerimônias do recém-eleito governador de São Paulo foi conferir a Medalha dos Bandeirantes (avacalhada por seu antecessor biônico ao distribuí-la às centenas) a Sobral Pinto. Lá está numa foto Montoro esfuziante, cercado pelas lideranças da sociedade civil de São Paulo.

Montoro acreditava na carreira política. Foi vereador, deputado estadual, deputado federal, senador⁴. Em toda a sua bela trajetória, Montoro vai saber manter essa tensão entre o homem de idéias, o administrador e o estadista que enxerga além da conjuntura e se preocupa em mudar as estruturas. Como deputado federal, deixa legislação que o ligará organicamente aos trabalhadores: foi autor da lei que isentou do pagamento de imposto de renda o empregado com salário de até cinco salários mínimos.

No início dos anos 1960 assume no interior da democracia cristã a bandeira das reformas sociais. Nessa época o acaso o fez estar ao lado do

(3) Ver Pelletier, Denis. *Economie et Humanisme. De l'utopie communautaire au combat pour le Tiers Monde (1941-1966)*. Paris: Cerf, 1996. Teve papel decisivo na difusão da Economia e Humanismo no Brasil o padre dominicano Benevenuto de Santa Cruz, que passou o ano escolar de 1948-49 fazendo estágio em La Tourette, França, tomando contato com aquela tendência. Formulou desde os anos 1950, em conjunto com o padre Lebret, planos de desenvolvimento regional para os estados de São Paulo e Paraná. Graças a essas iniciativas, Benevenuto despertou em 1954 a hostilidade do então cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota, e foi enviado para o convento dos dominicanos no Rio de Janeiro, "proibido" de ir a São Paulo (cf. Pelletier, op. cit., p. 321). Benevenuto, mais tarde o leigo professor Santa Cruz, seria o saudoso e dinâmico fundador da Livraria e Editora Duas Cidades, em São Paulo, que tanta influência exerceu nos meios intelectuais e universitários entre os anos 1960 e 1990.

(4) Mandatos eletivos de Franco Montoro: 1950-52, vereador em São Paulo; 1955-59, deputado estadual em São Paulo (foi presidente da Assembléia Legislativa em 1955-56); 1959-63, 1963-67, 1967-71, deputado federal; 1971-79 e 1979-83, senador; 1983-88, governador de São Paulo; 1995-99, deputado federal (foi presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara em 1996-97 e reeleito em 1998 para novo mandato).

vice-presidente João Goulart na viagem à China. (Nos anos 1980, ao relatar as conversas com o presidente, demonstrava um distinto respeito por Jango, que certamente tinha algo a ver com seu compromisso profundo com o constitucionalismo democrático e mais tarde seu repúdio ao golpe de estado militar de 1964.) Voltando ao Brasil, atua magistralmente, como líder do PDC, numa crise política (como assim faria no processo das mobilizações pelas eleições diretas), apóia lealmente a solução política do parlamentarismo (que negociara paciente e lealmente com o vice-presidente ainda no hotel em Pequim e depois no avião), permitindo a Jango assumir a Presidência. Os laços com Tancredo Neves ali estavam sendo tecidos: torna-se deste, como primeiro-ministro, ministro do Trabalho, em setembro de 1961. Como ministro, designou uma comissão para a criação do salário-família. Renunciou com todo o gabinete em 1962 e voltou à Câmara dos Deputados.

Durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, mostrou paciência e perseverança na consolidação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1970 foi um dos cinco senadores da oposição eleitos. Diante do pacote de abril de 1977, recusa-se a ser candidato a governador e denuncia as eleições indiretas. Em junho desse ano realiza com o MDB o simpósio "A luta pela democracia". E com base numa decisão do Tribunal Superior Eleitoral intervém numa cadeia de rádio e televisão nacional. Em agosto, apóia entusiasticamente a "Carta aos brasileiros" lançada por Gofredo Telles Júnior e defende a tese da Assembléia Constituinte. Em junho de 1978 apresenta emenda das eleições diretas para governador e visando suprimir os senadores biônicos. Nesse ano é reeleito para o Senado. Em 1982 elege-se governador de São Paulo por voto direto.

Quanto mais o tempo passa, o governador Montoro, por suas qualidades próprias (e no contraste com todos os antecessores e sucessores) parece cada vez melhor e mais conectado com o século XXI. Rompeu com a síndrome faraônica desde o "governar é abrir estradas" até "abrir túneis e viadutos" e optou por abrir uma diversidade de frentes, desde o enfrentamento do problema da fome (sopão, varejão, sacolões) até as estradas vicinais, passando por políticas alternativas como as hortas comunitárias. Esforçou-se, não sem dificuldades, em transferir responsabilidades para os municípios (não se cansava de repetir: "Os homens e as mulheres não vivem no país e nos estados, mas nos municípios"), como no caso da merenda escolar, dinamizando o comércio local e criando mercados para os pequenos produtores.

Foi o primeiro governante brasileiro a propor limites para o arbítrio da violência do Estado (mesmo sob os anos de ditadura no governo federal, de 1983 a 1985, na primeira metade de seu mandato). Não hesitou em impor o padrão dos direitos humanos para a segurança pública, as prisões e manicômios (sua visita ao Manicômio Judiciário de Juqueri, em Franco da Rocha, indo ao encontro dos internados, foi emblemática e feito raro). Democratizou as decisões nas empresas públicas, criando conselhos com a participação dos funcionários (como na Sabesp e no

Metrô) — aliás prontamente liquidados por seu sucessor. Criou conselhos para os grupos vulneráveis, como os negros e as mulheres. Teve a iniciativa precursora das delegacias da mulher, que tornaram transparente e, assim, punível a violência contra as mulheres. Hoje se contam às centenas essas delegacias em todo o Brasil. Não se pode esquecer também a experiência dos conselhos comunitários de segurança, reunindo população e polícias civil e militar para um equacionamento conjunto das estratégias de segurança em cada bairro. Formou uma equipe de governo com homens e mulheres que haviam participado da resistência à ditadura, na luta sindical, na OAB, na USP e PUC, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e Comissão Teotônio Vilela. Saneou as finanças de São Paulo, deixando um orçamento equilibrado para seu sucessor no governo, feito raro ainda no final dos anos 1980, aliás com pesados custos eleitorais.

Hoje o reconhecimento das qualidades do governo Montoro é uma unanimidade. À época, o governador precisou de toda a sua paciência e ponderação para enfrentar as críticas diárias da imprensa, da oposição, de seu próprio partido e de seu governo. Num país ainda marcado pelo autoritarismo, muitos confundiam tolerância e debate com fraqueza e indecisão. O próprio temperamento de Montoro, entretanto, era visceralmente democrático, incapaz de revanche ou retaliação, mesmo quando bem merecidas.

Muitas cenas nos interpelam a memória. As articulações com Minas, a cerimônia do 21 de abril em 1983 em Ouro Preto e a homenagem a Tiradentes, na companhia de Carlos Guilherme Motta, José Honório Rodrigues, Carlos Castello Branco (o Castellinho) e muitos intelectuais com quem gostava de conviver. Criou o primeiro sistema estadual de arquivos, implantado por José Sebastião Witter, no Arquivo do Estado.

No fim do primeiro ano de governo, Severo Gomes, recém-eleito senador por São Paulo, achou que já era o momento de Montoro encontrar-se com a *intelligentsia* do Rio de Janeiro. Promoveu-se então uma reunião na casa de Miguel Lins, grande advogado carioca, confluência ecumênica de todas as correntes. Como disse Márcio Moreira Alves numa bela crônica desse encontro, lá estavam "na sala bem uns oito séculos de ceticismo"⁵: Castellinho, Vilas Boas Corrêa, Jânio de Freitas, Hélio Pellegrino, Antônio Callado, Antônio Houaiss, entre muitos outros, além do próprio Márcio e de Severo. Montoro tinha ido à inauguração da Bienal do Livro e chegou atrasadíssimo. A impaciência, que já reinava na sala, aguçou-se quando Montoro começou a prestar contas de seu governo: horta comunitária, estradas vicinais, merenda escolar... Foi o bastante para se ouvir um brado do fundo da sala: "Farol alto, governador! Bota farol alto! O que estamos precisando é que o senhor tome a liderança da campanha pela redemocratização no Brasil!", clamava Otto Lara Resende. A noite foi de entusiasmo, quase de euforia. Na saída, porém, foi possível ouvir a conclusão repartida por dois importantes homens de imprensa: "O Rio de Janeiro é assim: as pessoas falam, falam e não acontece nada...".

(5) Alves, Márcio Moreira. *São Paulo: sementes de democracia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Na manhã seguinte, no avião de volta a São Paulo, Montoro nos comunicava que havia decidido convocar um grande comício pelas Diretas na praça da Sé no dia 25 de janeiro. Ali mesmo começou a compor e a ditar o que seria o manifesto de convocação. A recepção à idéia foi gélida — afinal, fazer um comício em pleno feriado da fundação de São Paulo! Para contornar a resistência, Montoro convocou a sociedade civil e a oposição para formar um comitê suprapartidário para a organização do comício. No dia 25 houve uma solenidade comemorativa dos 50 anos da USP. No meio da tarde, na saída da cerimônia, entramos com o governador no carro e começava a chover. Silêncio tenso do governador, a caminho do Palácio dos Bandeirantes, de onde sairia um comboio para a praça da Sé. Quase chegando, o chefe da Casa Militar, coronel Ubirajara Gaspar, ouve pelo rádio da PM que a praça começava a se encher. Foi o comício dos 300.000!

Tantos outros atos cívicos seguiram-se, como a reunião dos governadores no Palácio; reuniões em Minas Gerais finamente articuladas com Tancredo Neves, José Aparecido de Oliveira e Roberto Gusmão; os comícios das Diretas na Candelária e no Anhangabaú; o primeiro ato nacional contra o *apartheid* na África do Sul, com a presença de todos os embaixadores africanos, no auditório da sede do governo; o jantar de homenagem a Jorge Luis Borges, com a saudação de Severo Gomes entremeada de versos que Borges repetia alto em eco, o silêncio travado de emoção de Antonio Cândido; a visita de solidariedade a dom Paulo Evaristo Arns: Montoro irrompendo no colégio Sion, numa assembléia de bispos paulistas, braços abertos, diante do olhar estupefato do cardeal de Colônia, enviado para inspecionar os seminários: "Vim dizer o quanto o povo e o governo de São Paulo amam e admiram o cardeal de São Paulo, o nosso cardeal!".

Ainda, a articulação da candidatura de Tancredo Neves, a quem cede generosamente os benefícios do movimento das Diretas. O orgulho, mesclado de dor com a doença de Tancredo no dia que seria sua posse, ao se reunir com todos os secretários que se tornavam ministros do presidente José Sarney, mais os senadores Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes: parecia uma reunião de "seu" gabinete. O respeito impecável à decisão partidária sobre sua sucessão no governo do estado. A despedida comovida de Teotônio Vilela na porta do jato cedido pelo governo de São Paulo, que levava o grande senador, doente terminal, para Alagoas. A criação do Instituto Latino-americano e a pregação latino-americana.

Em 1989 funda o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), com dissidentes do PMDB e muitos ex-integrantes de seu governo em São Paulo, escolhendo o tucano para seu símbolo (que vem a ter o mesmo sucesso da escolha da cor amarela para as Diretas, sugerida pelo editor Caio Graco Prado). A liderança da campanha pelo parlamentarismo. A grande volta à Câmara dos Deputados (sofrendo com o fumo em plenário). A campanha contra a dívida internacional.

No ano passado, um dia depois de seu aniversário — fazia 83 anos, na mesma data da queda da Bastilha, a data nacional francesa, 14 de julho —, estávamos em Paris e ligamos para o nosso antigo chefe. Ouvimos Montoro

esfuziante, animadíssimo, cheio de planos: ia ao México, participar de um congresso e defender a restrição ao livre fluxo de capitais especulativos. Passava-nos várias incumbências (jamais deixou de nos considerar *seus* assessores, o que nos encantava) para logo que voltássemos a São Paulo. Depois da conversa, passamos boa parte do dia andando pela cidade, rememorando como havia sido moderno, precursor, democrático, glorioso o governo de Franco Montoro. Era à distância uma última homenagem ao governador: sem saber, nossa conversa era a despedida.



O discurso do deputado Franco Montoro preparado para o "Foro América Latina-Europa para um desenvolvimento sustentável", na Cidade do México (afinal lido por Fernando Gasparian), é pontuado pelas idéias-chave da trajetória política e intelectual de Montoro. No final do século, irrompe a fala de um estadista contemporâneo, solidário até o último minuto com a luta do povo contra a opressão econômica e a pobreza extrema. É uma derradeira e atualíssima mensagem-manifesto de Franco Montoro. Vale a pena ouvi-lo:

Estamos diante da ameaça de um colapso global. E é evidente que não podemos continuar vivendo num mundo em que uma especulação financeira de alguns minutos, em qualquer parte da Terra, ameace a economia de nações inteiras e destrua o trabalho de milhões de homens e mulheres.

A gravidade e extensão da atual crise é o maior desafio ao dogma do mercado livre. E vem confirmar a advertência sempre atual de Lacordaire⁶: "Entre o forte e o fraco a liberdade oprime; é a lei que salva".

E a crise atual, como terminara? Com a obediência cega às leis do mercado? Com o surgimento de uma convulsão social generalizada? Ou com o estabelecimento de normas disciplinadoras das relações econômicas internacionais? Para superara lei das selvas e a opressão dos mais fortes, a humanidade vem criando através da história normas jurídicas de civilização e respeito à dignidade das pessoas. A luta pelo direito é a própria história da civilização. Hoje essa luta se estende, principalmente, ao plano das relações internacionais.

Talvez em nenhuma época como hoje a luta pelo direito tenha se identificado tanto com apropriada defesa da civilização e do desenvolvimento humano. É dever de todos zelar para que a globalização — superando os riscos da exclusão e da violência — esteja a serviço da paz e da solidariedade.

(6) Henri Lacordaire (1802-61), religioso francês, pregador e professor que restabeleceu a ordem dos dominicanos na França.

Recebido para publicação em 7 de fevereiro de 2000.

Eduardo Muylaert e Paulo Sérgio Pinheiro foram assessores especiais do governador Franco Montoro e repartiram no Palácio dos Bandeirantes a mesma sala. Muylaert foi ainda secretário de Justiça e secretário de Segurança Pública na mesma administração.